

Alerta Legislação nº 38, de 17 a 22 set. 2018

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

**Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:**

<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

LEGISLAÇÃO FEDERAL

PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
21/09/2018	<u>DECRETO Nº 9.506, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018</u> Altera o Decreto nº 9.324, de 2 de abril de 2018 (*), que regulamenta dispositivos da Medida Provisória nº 817, de 4 de janeiro de 2018 (**), que dispõe sobre o exercício do direito de opção para a inclusão em quadro em extinção da União de que trata a Emenda Constitucional nº 98, de 6 de dezembro de 2017 (***), e o Decreto nº 8.365, de 24 de novembro de 2014 (****), que regulamenta a Medida Provisória nº 660, de 24 de novembro de 2014 (*****), que dispõe sobre o exercício da opção para a inclusão em quadro em extinção da União de que trata a Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014 (*****), e institui a Comissão Especial dos ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima - CEEXT. (*) <i>Regulamenta dispositivos da Medida Provisória nº 817, de 4 de janeiro de 2018, que dispõe sobre o exercício do direito de opção para a inclusão em quadro em extinção da União de que trata a Emenda Constitucional nº 98, de 6 de dezembro de 2017, e altera o Decreto nº 8.365, de 24 de novembro de 2014.</i> (**) <i>Disciplina o disposto nas Emendas Constitucionais nº 60, de 11 de novembro de 2009, nº 79, de 27 de maio de 2014, e nº 98, de 6 de dezembro de 2017, dispõe sobre as tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais vantagens aplicáveis aos servidores civis, aos militares e aos empregados dos ex-Territórios Federais, integrantes do quadro em extinção de que trata o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, e dá outras providências.</i> (***) <i>Altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para prever a inclusão, em quadro em extinção da administração pública federal, de servidor público, de integrante da carreira de policial, civil ou militar, e de pessoa que haja mantido relação ou vínculo funcional, empregatício, estatutário ou de trabalho com a administração pública dos ex-Territórios ou dos Estados do Amapá ou de Roraima, inclusive suas prefeituras, na fase de instalação dessas unidades federadas, e dá outras providências.</i> (****) <i>Regulamenta a Medida Provisória nº 660, de 24 de novembro de 2014, dispõe sobre o exercício da opção para a inclusão em quadro em extinção da União de que trata a Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014, institui a Comissão Especial dos ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima - CEEXT, e dá outras providências.</i> (*****) <i>Altera a Lei nº 12.800, de 23 de abril de 2013, que dispõe sobre as tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais vantagens aplicáveis aos servidores civis, aos militares e aos empregados oriundos do ex-Território Federal de Rondônia integrantes do quadro em extinção de que trata o art. 85 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, e dá outras providências.</i> (*****) <i>Altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para prever a inclusão, em quadro em extinção da Administração Federal, de servidores e policiais militares admitidos pelos Estados do Amapá e de Roraima, na fase de instalação dessas unidades federadas, e dá outras providências.</i>

20/09/2018	<u>DECRETO Nº 9.504, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018</u> Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos Referente à Cooperação no Campo da Defesa, firmado em Brasília, em 22 de abril de 2014.
19/09/2018	<u>DECRETO Nº 9.503, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018</u> Dispõe sobre a execução, no território nacional, da Resolução 2424 (2018), de 29 de junho de 2018, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que estende o regime de sanções aplicáveis à República Democrática do Congo até 1º de julho de 2019.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	<u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 33, DE 17 DE SETEMBRO DE 2018</u> (...) Art. 1º Ficam estabelecidos os requisitos fitossanitários para a importação de sementes (Categoria 4, Classe 3) de rabanete (<i>Raphanus sativus</i>) produzidas na Espanha, na forma desta Instrução Normativa. (...) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 32, DE 17 DE SETEMBRO DE 2018</u> (...) Art. 1º Ficam estabelecidos os requisitos fitossanitários para a importação de sementes (Categoria 4, Classe 3) de azevém (<i>Lolium perene</i>), produzidas na Itália, na forma desta Instrução Normativa. (...)
Ministério da Cultura (MinC)	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN) <u>PORTARIA Nº 375, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018</u> Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências.
Ministério da Educação	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 961, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018</u> Dispõe sobre a ocupação de vagas remanescentes do processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil – Fies referente ao segundo semestre de 2018. <u>PORTARIA Nº 950, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018</u> Institui a Rede de Evidências Educacionais, coordenada pelo Ministério da Educação.

Ministério da Fazenda (MF)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF) ↳ Vice-Presidência de Fundos de Governo de Loterias <u>CIRCULAR Nº 828, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018</u> Dá publicidade à nova versão do Regulamento do 2º Prêmio FGTS de Monografias. SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.831, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.059, de 2 de agosto de 2010, que dispõe sobre procedimentos de controle aduaneiro e tratamento tributário aplicáveis a bens de viajantes. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.830, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.702, de 21 de março de 2017, que disciplina o despacho aduaneiro de exportação processado por meio de declaração Única de Exportação (DU-E).
Ministério da Saúde (MS)	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) ↳ Gerência-geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária <u>RESOLUÇÃO Nº 2.553, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso dos produtos TWO ONE TWO e LAGUNA INSPIRAÇÃO, pela empresa Patini Indústria de Cosméticos LTDA, CNPJ 17.040.257/0001-70, situada na R. Palmyro D'Andrea, 139, Jardim Porto Real II, Limeira - SP. (...)
Ministério do Esporte (ME)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 281, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018</u> Prorrogação excepcional do prazo para cumprimento das cláusulas suspensivas, de que trata o item 8 do Manual de Instruções para Aprovação e Execução dos Programas e Ações do Ministério do Esporte inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), aprovado pela Portaria nº 84, de 24 de abril de 2013, do Ministério do Esporte (ME).
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 373, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018</u> Institui procedimento para sistematização e aferição das informações sobre as áreas autorizadas de supressão vegetativa de acordo com a Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil ao Acordo de Paris. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio) <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 3, DE 24 DE AGOSTO DE 2018</u> Disciplina a atividade de pesca na Área de Proteção Ambiental do Arquipélago de São Pedro e São Paulo. <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 2, DE 24 DE AGOSTO DE 2018</u>

	Disciplina a atividade de pesca na Área de Proteção Ambiental do Arquipélago de Trindade e Martim Vaz
Ministério do Trabalho	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 761, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018</u> Institui procedimentos para formação de lista tríplice para indicação de especialista em saúde do trabalhador como membro da CTNBio. CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (CCFGTS) <u>RESOLUÇÃO Nº 901, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018</u> Aprova o Programa de Crédito destinado às entidades hospitalares filantrópicas e sem fins lucrativos que participem de forma complementar do SUS (FGTS-Saúde).
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
22/09/2018	DECRETO Nº 63.722, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018 Regulamenta, nos termos da competência suplementar atribuída ao Estado de São Paulo pelo artigo 24, § 2º da Constituição Federal, o Sistema de Registro de Preços previsto no artigo 15, inciso II da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no artigo 11 da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; e no artigo 15, inciso II da Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989 e dá providências correlatas
21/09/2018	<u>DECRETO Nº 63.721, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018</u> Regulamenta a promoção para os integrantes da carreira de Especialista Ambiental, de que trata a Lei Complementar nº 996, de 23 de maio de 2006, e dá providências correlatas
18/09/2018	<u>DECRETO Nº 63.711, DE 17 DE SETEMBRO DE 2018</u> Declara de utilidade pública para fins de instituição de servidão administrativa, pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo SABESP, faixas de terra necessárias à implantação de Coletor de Esgoto, parte integrante do Sistema de Esgotamento Sanitário-S.E.S., localizadas no Bairro Rio Abaixo, zona urbana, Município de Itaquaquecetuba, Comarca de Poá e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 63.710, DE 17 DE SETEMBRO DE 2018</u> Da nova redação ao artigo 1º do Decreto nº 61.938, de 25 de abril de 2016 que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pela VIARONDON CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A., os imóveis necessários às obras de implantação do dispositivo (tipo 5 - parclo com rotatória) no km 650+400m da Rodovia Marechal Rondon, SP-300,

	Município de Castilho, Comarca de Andradina
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Agricultura e Abastecimento (SAA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) → Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP) <u>DELIBERAÇÃO CO - 12, DE 17-9-2018</u> Estabelece critérios, limites e condições de financiamento para a operacionalização do Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável Paulista <u>DELIBERAÇÃO CO - 11, DE 17-9-2018</u> Estabelece critérios, limites e condições de financiamento para a operacionalização do Projeto Aquicultura e Pesca Sustentável Paulista <u>DELIBERAÇÃO CO - 10, DE 17-9-2018</u> Estabelece critérios, limites e condições de financiamento para a operacionalização do Projeto Produção Animal Sustentável Paulista <u>DELIBERAÇÃO CO - 9, DE 17-9-2018</u> Estabelece critérios, limites e condições de financiamento para a operacionalização do Projeto Agricultura Sustentável Paulista <u>DELIBERAÇÃO CO - 8, DE 17-9-2018</u> Aprova alteração dos critérios do limite de renda bruta agropecuária anual dos Produtores Rurais, pessoas físicas, para enquadramento como beneficiários do Fundo
Cultura (SC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SC - 91, DE 3-9-2018</u> Dispõe sobre a outorga da Medalha de Mérito Museológico Waldisa Rússio Camargo Guarnier
Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SDECTI/SPG-2, DE 6-9-2018</u> Dispõe sobre conjugação de esforços entre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação - SDECTI e a Secretaria de Planejamento e Gestão - SPG para o desenvolvimento de programas de qualificação
Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPcD)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDPCD - 09, DE 18-9-2018</u> Institui a Comissão de Pesquisa e Prevenção ao desaparecimento de crianças e adolescentes com deficiência e Monitoramento das Políticas Públicas

Fazenda (SF)	COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF) <u>PORTARIA CAF-G 00018, DE 05-09-2018</u> Altera dispositivo da Portaria Conjunta CAF-CO-CPGA 1, de 17-01-2018 Artigo 1º - Fica alterada a discriminação da Receita até o nível de subalínea, constante dos Anexos I e II da Portaria Conjunta CAF-CO-CPGA 1, de 17-01-2018, que estabelece procedimentos a serem observados na execução orçamentária e financeira do exercício de 2018, na seguinte conformidade: (...)
Habitação (SH)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA-2, DE 12-9-2018</u> Dispõe sobre a documentação necessária para abertura de Processo Administrativo de Regularização (PAR) dos Núcleos Urbanos Informais de Interesse Específico, sua análise e aprovação; a fim de que se expeça a Declaração de Conformidade Urbanística e Ambiental (DCUA), Registro e Titulação dos Ocupantes <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA - 1, DE 12-9-2018</u> Dispõe sobre a documentação necessária para abertura de Processo Administrativo de Regularização (PAR) dos Núcleos Urbanos Informais de Interesse Social, sua análise e aprovação; a fim de que se expeça a Declaração de Conformidade Urbanística e Ambiental (DCUA), Registro e Titulação dos Ocupantes.
Meio Ambiente (SMA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SMA-121, DE 20-9-2018</u> Aprova o Plano de Manejo da Floresta Estadual de Guarulhos, Unidade de Conservação da Natureza de Uso Sustentável, criada pelo Decreto Estadual 55.662, de 30-03-2010, e dispõe sobre o seu regulamento <u>RESOLUÇÃO SMA-120, DE 20-9-2018</u> Aprova o Plano de Manejo do Parque Estadual de Itaberaba, Unidade de Conservação da Natureza de Proteção Integral, criada pelo Decreto Estadual 55.662, de 30-03-2010, e dispõe sobre o seu regulamento <u>RESOLUÇÃO SMA-118, DE 20-9-2018</u> Aprova o Plano de Manejo do Monumento Natural Estadual da Pedra Grande, Unidade de Conservação da Natureza de Proteção Integral, criada pelo Decreto Estadual 55.662, de 30-03-2010, e dispõe sobre o seu regulamento
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO (GPG) <u>RESOLUÇÃO PGE - 34, DE 17-9-2018</u> Dispõe sobre a desistência de ações ajuizadas pela São Paulo Previdência para anular atos de concessão de pensão a beneficiários instituídos, filhas solteiras e filhos universitários
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SS/SMA - 1, DE 20-9-2018</u> Institui Grupo de Trabalho Interinstitucional para regulamentar a containerização dos resíduos de serviços de saúde de que trata a Meta

	4.13 do Plano de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo <u>RESOLUÇÃO SS - 64, DE 19-9-2018</u> Institui no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde o Curso de Desenvolvimento Gerencial em Serviços de Saúde – CDGESS e dá outras providências.
Universidade de Campinas (UNICAMP)	REITORIA <u>RESOLUÇÃO GR-39, DE 21-9-2018</u> Dispõe sobre normas para o ingresso no Programa de Formação Interdisciplinar Superior – ProFIS 2019 e dá outras providências
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
22/09/2018	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 50, DE 2018</u> Altera a Lei Complementar nº 846, de 4 de junho de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais e dá outras providências. PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 609, DE 2018 (REPUBLICADO)</u> Dispensa do exame pericial admissional os servidores aprovados em concurso público que já estejam em atividade no serviço público estadual. DOE, Legislativo, 22/09/2018, p. 3 TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em Sessão do Tribunal Pleno do último dia 19, ao apreciar as consultas formuladas nos processos TC-282/017/16 e TC-71/005/17, que tratavam da contabilização dos ganhos com aplicações financeiras dos regimes próprios de previdência, decidiu, por votação unânime, que “O Instituto de Regime Próprio de Previdência fará o registro contábil dos ganhos e perdas havidos com investimentos no mercado, inicialmente e enquanto não houver o resgate, apenas no plano patrimonial, como Variação Patrimonial, ativa e passiva, e, só quando houver o efetivo resgate da aplicação é que o registro será feito no plano orçamentário”. Decidiu, também, que os efeitos desse entendimento serão avaliados nos correspondentes processos de contas anuais. SDG, 21 de setembro de 2018. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL DOE, Legislativo, 22/09/2018, p. 3
21/09/2018	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 607, DE 2018</u> Autoriza o Poder Executivo a oferecer informações de saúde a distância para os médicos e demais profissionais do serviço público de saúde e

	aos pacientes do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 21/09/2018, p. 1
19/09/2018	PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO <u>PROPOSTA DE EMENDA Nº 7, DE 2018, À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO</u> Altera o inciso XX do artigo 115 da Constituição do Estado, e acrescenta o artigo 63 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. DOE, Legislativo, 19/09/2018, p. 2 PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 605, DE 2018</u> Declara Patrimônio Imaterial do Estado de São Paulo, a Feira de Artes e Artesanato da Praça da República da Cidade de São Paulo e suas técnicas artesanais de confecção de arte e artesanato. DOE, Legislativo, 19/09/2018, p. 2
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
22/09/2018	<u>LEI Nº 16.983, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018</u> (PROJETO DE LEI Nº 252/18, DO EXECUTIVO, APROVADO NA FORMA DE SUBSTITUTIVO DO LEGISLATIVO) Dispõe sobre a readequação dos valores da Gratificação de Municipalização, instituída pela Lei nº 13.510, de 2003, e altera a redação do art. 29 da Lei nº 16.418, de 2016.
20/09/2018	<u>DECRETO Nº 58.430, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018</u> Reabre o prazo para requerimento das remissões de que tratam os artigos 15 e 16 da Lei nº 16.680, de 4 de julho de 2017.
19/09/2018	<u>DECRETO Nº 58.426, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018</u> Regulamenta a Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispondo sobre a atuação dos responsáveis por ações de ouvidoria e a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário de serviços públicos; transfere a Coordenadoria de Defesa do Usuário do Serviço Público Municipal – CODUSP para a Controladoria Geral do Município; institui a Política Municipal de Atendimento ao Cidadão, no âmbito da Cidade de São Paulo; revoga os dispositivos que especifica
18/09/2018	<u>DECRETO Nº 58.425, DE 17 DE SETEMBRO DE 2018</u> Transfere a coordenação do Comitê Intersectorial de Ruas Abertas e do Comitê de Acompanhamento e Fortalecimento do Programa Ruas Abertas para a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer e introduz alterações no Decreto nº 57.086, de 24 de junho de 2016. <u>DECRETO Nº 58.424, DE 17 DE SETEMBRO DE 2018</u> Cria o Centro Municipal de Educação Infantil Jardim das Palmas

	<u>DECRETO Nº 58.423, DE 17 DE SETEMBRO DE 2018</u>
--	--

	Define, no âmbito do Programa de Recapeamento da Prefeitura de São Paulo, as vias públicas que serão priorizadas para a realização dos serviços de que trata o Decreto nº 50.917, de 13 de outubro de 2009 .
--	--

Obs.: Caso algum <i>link</i> não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx
--

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor solicitar cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107